

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**POLO ATIVO: VIABILIZA SOLUCOES PREDIAIS, TECNOLOGICAS E LUMINOTECNICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **13.230.747/0001-88**, como sede na rua Antônio Fernandes Primo, S/N, bairro Ipanema, Guanambi/BA CEP: 46.430-000, neste ato representada pelo Sr. **GILMAR BORGES TOLENTINO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 011770090106 – DETRAN/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 431.495.106-00, residente e domiciliado em Guanambi/BA, doravante denominada **CONTRATANTE**;

**POLO PASSIVO: MARIO LUCIO PEREIRA**, brasileiro, nascido em 25/10/1972, solteiro, engenheiro eletricitista, CPF nº **521.315.051-91**, carteira de identidade nº 2937685, órgão expedidor SSP/GO, residente e domiciliado em Teresina/PI, CEP: 64056-030, doravante denominado **CONTRATADO**.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O pacto contratual consiste na prestação de serviços do **CONTRATADO** em favor da **CONTRATANTE** na área de engenharia elétrica para fins de atuação como Responsável Técnico da empresa.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

O presente contrato vigorará por tempo indeterminado, a partir da presente data, sendo facultado a qualquer das partes o direito de o rescindirem por escrito mediante aviso prévio.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL**

A baixa da responsabilidade profissional deverá ser comunicada ao CREA pela parte que lhe der causa e em momento imediatamente subsequente ao ocorrido, conforme a seguinte legislação de regência:

“Resolução 336, do CONFEA, Art. 17 - A responsabilidade técnica de qualquer profissional por pessoa jurídica fica extinta, devendo o registro ser alterado, a partir do momento em que:

I - For requerido ao Conselho Regional, por escrito, pelo profissional ou pela pessoa jurídica, o cancelamento desse encargo;

II - For o profissional suspenso do exercício da profissão;

III - mudar o profissional de residência para local que, a juízo do Conselho Regional, torne impraticável o exercício dessa função;

IV - Tiver o profissional o seu registro cancelado;

V - Ocorram outras condições que, a critério do CREA, possam impedir a efetiva prestação da assistência técnica.

§ 1º - A pessoa jurídica deve no prazo de 10 (dez) dias, promover a substituição do responsável técnico.

§ 2º - Quando o cancelamento da responsabilidade técnica for de iniciativa da pessoa jurídica, deve esta, no seu requerimento, indicar o novo responsável técnico, preenchendo os requisitos previstos nesta Resolução, e os documentos pertinentes.

§ 3º - A baixa de responsabilidade técnica requerida pelo profissional só pode ser deferida na ausência de quaisquer obrigações pendentes em seu nome, relativas ao pedido junto ao Conselho Regional.”

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO**

Fica estabelecido que o CONTRATADO cumprirá jornada diária de 6 (seis) horas, conforme previsão legal da Lei nº 4.950-A de 1966 e sob orientação do Sindicato dos Engenheiros da Bahia (SENGE-BA).

Parágrafo único. A jornada diária será flexibilizada entre partes quando as demandas assim o permitirem/exigirem.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO**

O CONTRATADO fará jus ao piso salarial da categoria, considerando-se a quantidade de horas trabalhadas durante a semana e em observância a Convenção Coletiva Sindicato dos Engenheiros da Bahia (SENGE-BA) e a legislação de regência, especialmente as Leis nº 5.194/66 e nº 4.950-A/66.

Parágrafo único. O pagamento de R\$ 7.272,00 (sete mil, duzentos e setenta e dois reais) será realizado no dia 10 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente a esse, mediante a assinatura de recibo (depósito bancário).

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

Para a solução de eventuais litígios oriundos do presente contrato, as partes elegem entre si o foro de Guanambi/BA, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiados que seja.

Estando assim acordadas, as partes firmam o presente contrato, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2022.



VIABILIZA SOLUCOES PREDIAIS, TECNOLOGICAS E LUMINOTECNICAS LTDA

CNPJ 13.230.747/0001-88

MARIO LUCIO PEREIRA

CPF nº 521.315.051-91